



Prolegômenos a Nietzsche: O lugar de Friedrich August Wolf na história dos Estudos Clássicos

Prolegomena to Nietzsche: Friedrich August Wolf's place in the history of Classical Studies

Rafael Guimarães Tavares da Silva

Letras/Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus Aracati, Aracati, CE/Brasil
gtsilva.rafa@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-8985-8315>

Resumo: Um dos nomes fundamentais para a história dos Estudos Clássicos é o de Friedrich August Wolf (1759–1824), destacado frequentemente por introduzir a “Questão Homérica” em bases críticas sérias à Modernidade, com a publicação de seus *Prolegomena ad Homerum* (1795), além de ter libertado a Filologia de sua posição subalterna face à Teologia, organizando-a de modo sistemático no texto *Darstellung der Alterthums-Wissenschaft* (1807). Sua proposta para o engajamento do filólogo com questões relevantes para o presente aparece como modelar para aquilo que, algumas décadas mais tarde, Friedrich Nietzsche pretende resgatar em suas reflexões sobre uma “filologia do futuro” (*Zukunftsphilologie*). O presente artigo busca revisitar criticamente o impacto disciplinar da obra de Wolf, em termos de *Bildung* (‘formação’) e *Wissenschaft* (‘ciência’), destacando diferentes aspectos de seu legado para quem atua com o estudo da Antiguidade até os dias de hoje, inclusive no que diz respeito a alguns dos problemas já apontados pelo próprio Nietzsche.

Palavras-chave: História dos Estudos Clássicos; Filologia; *Altertumswissenschaft*; Friedrich August Wolf; Friedrich Nietzsche.

Abstract: One of the key figures in the history of classical studies is Friedrich August Wolf (1759–1824), who is best known for framing the “Homeric question” in modern terms with the publication of his *Prolegomena ad Homerum* (1795) and working to overturn the subordination of philology to theology through the systematic approach presented in his *Darstellung der Alterthums-Wissenschaft* (1807). His proposal that philologists engage with contemporary issues appears to have served as a model for the effort by Friedrich Nietzsche a few decades later to imagine a “philology of the future” (*Zukunftsphilologie*). In the present article, I revisit and critique the disciplinary impact of Wolf’s work in terms of both *Bildung* (education) and *Wissenschaft* (science),

highlighting the relevance of various aspects of his legacy for those who study antiquity today, including problems to which Nietzsche drew attention.

Keywords: History of Classical Studies; Philology; *Altertumswissenschaft*; Friedrich August Wolf; Friedrich Nietzsche.

O dia 8 de abril de 1777, quando F. A. Wolf inventou para si o nome de *studiosus philologiae*, é o aniversário da Filologia.

(Nietzsche, 3[2] = Mp XIII 6b. U II 8, 239–200. Março de 1875)¹

A anedota biográfica segundo a qual Friedrich August Wolf (1759-1824) teria inaugurado a prática universitária de se matricular como *studiosus philologiae* ('estudioso de Filologia'), em seus anos de formação na Universidade de Göttingen, dando início assim ao reconhecimento formal desse campo disciplinar em bases autônomas na Modernidade, é reconhecida há mais de um século como produto deliberado de (auto)mistificação por parte do próprio filólogo: matrículas de estudantes sob a égide dessa expressão remontam a um período anterior ao dele (Schröder, 1913) e nada indica que, tão precocemente, ele já pudesse ter o plano de inaugurar um novo modelo de estudo da Antiguidade (Pfeiffer, 1976, p. 173). A anedota (auto)biográfica remonta às memórias pessoais de Wolf, compartilhadas posteriormente com seu genro, Wilhelm Körte, que as imortalizou numa biografia publicada em 1833, poucos anos após a morte do sogro. Ainda assim, o fato de que Friedrich Nietzsche (1875) tenha registrado a informação como digna de relevo no início de suas anotações para o que seria a quarta de suas *Considerações intempestivas*, projetada com o título de "Nós filólogos" (ainda que depois deixada inacabada, em estado fragmentado), é algo que indica o sucesso disciplinar e profissional alcançado por Wolf a partir do reconhecimento daqueles que o sucederam na prática filológica alemã

¹ Todas as traduções de trechos em língua estrangeira são de minha autoria, salvo indicação em contrário.

do século XIX, tal como batizada e consolidada por ele próprio com o nome de *Alterthums-Wissenschaft* ('Ciência da Antiguidade').²

Em artigo publicado recentemente (Silva; Assunção, 2022), sugeri a importância que o trabalho de Wolf ganha na reflexão de Nietzsche sobre o filólogo clássico e a necessidade de engajamento com questões relevantes para o presente. Isso foi feito a partir de uma breve apresentação da obra de Wolf, compreendida por vários dos panoramas dedicados à história dos Estudos Clássicos segundo a seguinte tripartição: i) Wolf introduz a “Questão Homérica” em bases críticas sérias à Modernidade; ii) ele liberta a Filologia de sua posição subalterna face à Teologia; iii) ele sistematiza uma prática filológica historicista e modernizada, a partir de sua proposta pedagógica e disciplinar para a *Alterthums-Wissenschaft* ('Ciência da Antiguidade'). Essa avaliação aparece na obra de filólogos alemães e europeus do século XIX, disseminando-se na historiografia do campo que posteriormente escrevem estudiosos do calibre de Sir John Edwin Sandys (1908, p. 52), Ulrich von Wilamowitz-Moellendorff ([1921] 1998, p. 48) e Rudolf Pfeiffer (1976, p. 175-176). Com o objetivo de aprofundar a compreensão do tipo de engajamento que Wolf propõe para a prática filológica (com textos e outros materiais da Antiguidade) a partir de uma atuação transformadora da realidade contemporânea (em termos de educação [*Bildung*] e ciência [*Wissenschaft*]), definindo as diretrizes do que Nietzsche – décadas mais tarde – proporia em sua “Filologia do futuro” (*Zukunftsphilologie*), gostaria de revisitar o impacto da atuação de Wolf em termos pedagógicos e disciplinares para o campo dos Estudos Clássicos desde o início do século XIX.

Em 1807, o estudioso publica sua *Darstellung der Alterthums-Wissenschaft nach Begriff, Umfang, Zweck und Werth*, ou seja, *Apresentação da Ciência da Antiguidade segundo seu conceito, escopo, objetivo e valor*. A escolha da palavra *Alterthums-Wissenschaft* para figurar no título da proposta não é fortuita e indica o desejo por uma série de rupturas que são propostas explicitamente ao longo do texto: ruptura com a posição subalterna da velha Filologia com relação à Teologia; ruptura com o isolamento de abordagens neoclássicas voltadas

² Uma tradução para o português das notas de Nietzsche intituladas “Nós filólogos” está disponibilizada no apêndice de minha tese de doutorado (Silva, 2022, p. 832-884).

para as gramáticas e os textos, sem levar em conta seus contextos históricos; ruptura com abordagens disciplinares pouco precisas sobre sua própria definição, objeto, finalidade e valor. É certo que expressões relativamente próximas da noção empregada por Wolf aparecem nos escritos de Heyne, mas o termo *Alterthums-Wissenschaft* é reivindicado aqui especificamente para sugerir mudanças de várias ordens, enquanto define essa disciplina como a súpula de todos os conhecimentos sobre os gregos e romanos da Antiguidade.

O plano disciplinar de viés enciclopédico proposto por Wolf não é o primeiro do gênero, nem será o último, mas exercerá uma influência considerável na história dos Estudos Clássicos (graças também ao valor simbólico adquirido pelo nome de seu autor). Antes dele, contudo, ainda que partindo de exposições apresentadas durante seus próprios cursos, E. J. Koch publicara uma *Encyklopädie aller philologischen Wissenschaften* (*Enciclopédia de todas as ciências filológicas*) (em 1793), naquilo que Diego Lanza (1981, p. 540) classifica como “edição pirata” dos cursos ministrados por Wolf na Universidade de Halle. Alguns anos depois, G. G. Fülleborn também publica nessa mesma linha uma *Encyclopaedia philologica* (*Enciclopédia filológica*) (1798). Mas é apenas com Wolf que o modelo de uma exposição sistemática de tudo o que deve estudar quem se dedica à Antiguidade ganha um formato mais definitivo, estabelecendo as bases para outras importantes publicações enciclopédicas da área, como a que produzirá ao longo de toda a vida seu discípulo, August Boeckh, com sua *Encyclopädie und Methodologie der philologischen Wissenschaften* (*Enciclopédia e metodologia das ciências filológicas*) (escrita entre 1809-1865, embora só publicada postumamente, em 1877).³

As avaliações de Wolf e sua *Darstellung* costumam dividir-se em dois grandes grupos: quando escritas por admiradores, exageram seus

³ Hummel (2000, p. 292-309) oferece uma longa lista com exemplos de enciclopédias filológicas publicadas desde o final do século XVIII até o início do XX. Ver ainda: Righi ([1962] 1967, p. 177-181); Hummel (2000, p. 219-257); Porter (2000, p. 167-224). Convém mencionar que o próprio Nietzsche, em 1871, faz uma série de anotações para um curso intitulado *Encyklopädie der klassischen Philologie und Einleitung in das Studium derselben* (*Enciclopédia da Filologia Clássica e Introdução a seu estudo*). Esse material foi traduzido para o francês por Françoise Dastur e Michel Haar: Nietzsche ([1871] 1994).

méritos e calam seus defeitos; quando propostas por detratores, fazem antes o contrário, exagerando os defeitos e calando os méritos. Minha avaliação pretende esboçar um quadro mais nuançado do que esse. Em breve, veremos que se trata de um texto incomum, atravessado por contradições de diversas ordens: é escrito às pressas, embora gestado em cursos universitários por mais de vinte anos; tem pretensões disciplinares e institucionais, embora seja publicado numa revista acadêmica recém-fundada; adota um viés historicista, embora idealize abertamente os gregos e seu valor para os alemães; defende a importância de se estudar a realidade material para a efetiva compreensão da Antiguidade, ainda que submeta hierarquicamente esse estudo à interpretação dos textos; etc. Muitas dessas contradições derivam de mudanças nos posicionamentos adotados pelo próprio Wolf em face dos acontecimentos de seu tempo. Durante a juventude, entusiasmara-se com ideais iluministas e formara os sentimentos anticlericais e antiaristocráticos que teria até o fim da vida; desencantado com os rumos da Revolução Francesa, contudo, passa a defender a causa nacional alemã e assume posições antidemocráticas e despóticas (como no que afirma sobre a escravidão). Apesar de todas as contradições presentes no texto da *Darstellung* – derivadas das inconsistências do próprio Wolf àquela altura da vida –, é inegável que sua proposta de reconfiguração do campo de estudos da Antiguidade não apenas formaliza e consolida algumas tendências já vigentes no início do século XIX, mas também precipita outras.

O texto abre o número inaugural da revista acadêmica *Museum der Alterthums-Wissenschaft* (*Museu da ciência da Antiguidade*), fundada com o propósito de funcionar como o veículo de comunicação “oficial” da nova disciplina. O volume inclui ainda estudos de Hirt, Buttman, Uhden, Schleiermacher, além de outro texto de Wolf (falando sobre o Homero de Vico). Há ainda uma dedicatória deste número inaugural a Goethe (sobre a qual voltarei a falar em breve), responsável basicamente por ditar o tom neo-humanista adotado tanto pela revista quanto pelo texto de Wolf e, portanto, pela própria disciplina delineada por ele. Esse jogo entre neo-humanismo e historicismo, ou entre idealização e historicização, atravessa toda a extensão da *Darstellung* e constitui um de seus legados para a prática moderna dos Estudos Clássicos. Nesse

sentido, cumpre observar que Wolf propõe um estudo sistemático da Antiguidade, de viés histórico, capaz de proporcionar uma compreensão tanto dos textos (por meio da gramática, da crítica e da hermenêutica) quanto da cultura material (por meio da arqueologia, da numismática, da epigrafia etc.), com o objetivo de restaurar a “totalidade” do mundo antigo para o presente:

Caso seja necessário oferecer uma descrição mais precisa do todo de nossa ciência, diremos que é a súpula dos conhecimentos e informações sobre as condutas, os destinos, o estado político, erudito e doméstico dos gregos e romanos, bem como sobre a forma por que se dão a conhecer em sua cultura, suas línguas, artes e ciências, costumes, religiões, caracteres nacionais e formas de pensamento, de modo a ser possível: compreender basicamente suas obras que chegaram até nós, em seu teor e espírito; gozar da presença da vida antiga; e experimentar uma comparação entre ela e a vida atual (Wolf, 1807, p. 30).

A dimensão neo-humanista dessa disciplina fica evidente tanto naquele “gozar da presença da vida antiga” quanto nesse “experimentar uma comparação entre ela e a atual”. Trata-se da atualidade que os antigos demonstram a cada instante do presente, graças à exemplaridade universal de seus valores humanos. Existe, contudo, outro artigo de fé da crença neo-humanista que precisa ser assimilado e defendido para que seus praticantes estejam devidamente protegidos contra o risco de que a dimensão historicista de sua disciplina se veja subitamente possuída pelo espectro do relativismo cultural. Afinal, o próprio Wolf é quem – talvez sob influência de um Wilhelm von Humboldt começando a se abrir para o fenômeno da pluralidade das línguas e suas múltiplas potencialidades – admite um posicionamento que se abre para o perigo de botar a perder o privilégio de gregos e romanos no âmbito desse estudo, quando afirma:

Quanto mais distante e diferente um povo está de nós em sua forma de pensar, em seus costumes e em seus modos de vida – e é principalmente o tempo que provoca tais divergências –, tanto mais os aspectos das coisas se tornam para nós inusuais; tanto mais a língua do povo suscita

novas ideias e novas modificações. Uma prova aqui é a facilidade com que podemos aprender mais tranquilamente três línguas modernas de nossos vizinhos do que uma única antiga, já que o chamado neo-europeísmo uniu aquelas como se pertencessem a um único idioma: mas é a maior dificuldade de uma língua antiga, evidenciando um mundo estranho de ideias e figuras, que promete nos recompensar em geral de forma mais rica por nossos esforços. O que é defendido aqui para línguas afastadas temporalmente vale também para as contemporâneas que sejam de outras regiões do mundo; de tal modo que, se a escolha não dependesse de perspectivas convencionais, seriam estas cada vez mais dignas de serem aprendidas segundo os padrões de hoje. (Wolf, 1807, p. 95-96).

Escutam-se aqui ecos do Humboldt linguista e seu ambicioso projeto antropológico, quando se torna estudioso do basco, do sânscrito, do chinês e das línguas austronésias, interessado em assimilar o máximo de cosmovisões (*Ansichten der Welt*) por meio do aprendizado de novas línguas. Para além de sua notória amizade com Wolf, é de se destacar que Humboldt aparece longamente citado nas notas da *Darstellung* (ainda que sem atribuição clara de autoria, aludida apenas de forma elíptica), indicando os efeitos de um diálogo contínuo de mais de uma década. Àquela altura, Humboldt já tem composto o ensaio “Hélade e Lácio” (1806), no qual seu filo-helenismo começa a ceder terreno à compreensão antropológica de que a diversidade cognitiva implicada pela pluralidade linguística não autoriza privilegiar-se uma língua (e, para efeitos práticos, uma cultura) em detrimento das demais.⁴ Wolf conhece as pesquisas de Humboldt e as compreende, embora não possa aceitar plenamente seus resultados, sob o risco de ver as prerrogativas reivindicadas para o estudo do grego antigo e do latim tomadas por forças adversárias capazes

⁴ Um dos trechos mais significativos desse ponto é esta defesa radical da diversidade cognitiva da linguagem: “[U]ma vez que o espírito manifesto ao mundo não pode ser exaustivamente reconhecido por uma quantidade limitada de visões, mas que cada nova língua descobre sempre algo de novo, seria bom, ao contrário, multiplicar as línguas diferentes, tanto quanto permitir o número de pessoas habitantes da terra” (Humboldt, 1806 *apud* Trabant, 2016, p. 43).

de arruinar seu plano disciplinar. É de se notar, portanto, que – embora mencione no trecho citado a riqueza oferecida por línguas exóticas, afastadas geográfica e culturalmente das europeias – esse argumento aparece no interior de sua defesa geral do que as línguas antigas, especificamente o grego e o latim, têm a oferecer a quem as aprende na medida de seu afastamento temporal. Isto é, Wolf tenta exorcizar o espectro do relativismo linguístico-cultural, mas não é certo que sua proposta sistemática esteja livre de incoerências dessa ordem.

Um dos mais importantes artigos de fé da crença neo-humanista é justamente a superioridade linguístico-cultural dos antigos (gregos e romanos) com relação aos demais povos. O próprio Wolf define isso com todo o rigor no início de seu texto, sintetizando uma série tão complexa de pontos do programa etnocêntrico e imperialista da *Alterthums-Wissenschaft* que convém citar textualmente esse trecho mais longo para que se compreenda o nível de violência empregado nesse ato fundacional:

A fim de começar a definir a matéria de que se ocupa nossa ciência, precisamos nos voltar para as grandes ondas migratórias responsáveis por reconfigurar o mundo mais próximo de nós da Idade Média – esse intervalo entre a cultura antiga e a moderna –, para, a partir daí, lançar um olhar sobre o curso dos séculos anteriores. Aí, vemos brilhar um após o outro, nas mais belas regiões do mundo antigo, uma série de povos, cuja vida e obra de outrora ainda hoje se deixam adivinhar por mais ou menos monumentos. Seria desejável reunir todos esses povos numa mesma área; mas várias razões tornam aqui uma separação necessária e não permitem situar *egípcios, hebreus, persas* e outras nações do Oriente numa mesma linha que os gregos e romanos. Uma das mais importantes distinções entre umas e outras dessas nações é que aquelas não desenvolveram de todo, ou apenas muito pouco, um tipo de formação, limitando-se a algo que poderia ser chamado de *urbana civilidade ou civilização*, por oposição à *verdadeiramente superior cultura espiritual*. Esse tipo de cultura (palavra que precisa ser diferenciada, caso se queira distinguir certas coisas com mais precisão) ocupa-se diligentemente com as condições de vida, como segurança, ordem e conforto; para isso, ela

certamente precisa das nobres descobertas e conhecimentos que se obtêm por caminhos não científicos, como é o caso de muito do que se deu entre os egípcios e outros povos antigos, ainda que isso não possa reivindicar o estatuto de uma sabedoria mais elevada; ela não precisa de, e por isso não cria, uma *literatura*, isto é, um conjunto de escritos que não se limitam a uma única casta segundo seus fins e necessidades de burocracia administrativa, mas em que cada indivíduo da nação deposita o que considera ser melhor para o esclarecimento de seus concidadãos. Isso, que, num povo vantajosamente organizado, pode começar antes mesmo da exigência de ordem e segurança da existência exterior, não se produziu de modo algum em outro povo antes dos gregos, e nenhum, antes deles, atingiu essa cultura superior, espiritual ou literária. Não é preciso temer que os povos do oriente sejam aqui vistos abaixo de seu valor: um exame mais detalhado de minha observação dissiparia uma suspeita assim. A conformação mental, de dimensão quase estritamente natural, incapaz de constituir propriamente uma arte de composição em prosa – como a que recebemos especialmente dos *hebreus* por meio de seus livros sagrados –, porta entre os vários orientais um caráter totalmente diverso daquele dos gregos; assim, os restos de suas obras de arte nessas regiões, antes de se helenizarem, apresentam um estilo tão distante de qualquer gosto europeu que só seria possível reuni-los com o que Grécia e Roma nos legaram sob o risco da mais completa heterogeneidade. Em terceiro lugar, obstaculiza nosso acesso a tais povos o número limitado de obras restantes deles, a falta de conhecimento mais elevado de sua língua, pois não temos noções aprofundadas de sua organização espiritual e de seu caráter particular. Então permanecem para nós apenas duas nações da Antiguidade cujo conhecimento pode formar uma ciência homogênea, os gregos e os romanos. *Asiáticos e africanos* – povos não cultivados em termos de literatura, mas apenas civilizados – serão incontestavelmente excluídos de nossos termos; mesmo os árabes, que depois se tornaram significativos, graças ao apoio nos gregos (como os romanos antes deles), e alcançaram certo grau de formação erudita. As literaturas

de todos esses povos, estejam em fragmentos ou em livros escondidos em masmorras, e mais ainda aquelas dos mais distantes povos da Ásia, serão deixadas para os orientalistas, que se dividem em várias classes; mas só nos será permitido, no espírito dos antigos, que desprezavam orgulhosamente os *bárbaros* como espécies ignóbeis de seres humanos, aplicar o nome de *Antiguidade* em seu sentido excepcional para os dois povos refinados por sua cultura espiritual, erudição e arte (Wolf, 1807, p. 15-19).⁵

Difícil saber por onde começar uma análise de trecho tão significativamente violento. Em primeiro lugar, essa divisão hierárquica entre povos dotados de cultura espiritual (*Geisteskultur*) e povos capazes apenas de suprir necessidades materiais por meio de civilização (*Civilisation*). Explorando o par dicotômico cuja produtividade para discussões do século XVIII sobre níveis de progresso de uma sociedade está bem repertoriada pelo estudo clássico de Norbert Elias ([1939] 2011, p. 23-61), Wolf opera uma espécie de transvaloração do que geralmente se encontra em jogo nesses termos: a *Cultur* costuma ser associada à manifestação das particularidades nacionais anteriores aos avanços representados pela *Civilisation*, que impõe valores aristocráticos de polidez, civilidade e bom gosto; enquanto a *Civilisation* costuma ser prerrogativa de franceses e ingleses, a *Cultur* aparece junto aos demais povos, embora seja especialmente associada aos alemães; Wolf, contudo, inverte esses valores, de modo que, ao reivindicar para gregos e romanos a *Cultur* como uma espécie de manifestação mais autêntica do espírito, sugere sub-repticiamente uma relação entre esses povos e os germânicos, com as implicações negativas da *Civilisation* sendo projetadas não apenas sobre egípcios, hebreus, persas e outros povos orientais, mas também franceses e ingleses (caracterizados como responsáveis por sociedades materialistas e incapazes de se preocupar com aspectos mais profundos da existência espiritual). As consequências dessa transvaloração – que está longe de ser uma “invenção” de Wolf, mas já se encontra em ação nas obras de Kant e Goethe, por exemplo – repercutirão ao longo de todo o século XIX e ecoarão até o XX. Contudo, como se vê, a *Darstellung*

⁵ Todos os grifos das citações remontam a seus autores originais.

emprega a reconsideração dessa dicotomia não apenas para assegurar o privilégio de gregos e romanos no âmbito de estudos da Antiguidade, mas para afirmar uma superioridade que, se o raciocínio proposto acima estiver correto, cabe aos próprios alemães em termos de cultura espiritual frente aos demais europeus.

Cumprir destacar o papel da literatura nesse arranjo. Por meio de termos iluministas, não de todo incompatíveis com aqueles empregados por Madame de Staël, em *Da literatura* (1800), Wolf associa diretamente as produções do espírito às manifestações literárias, aproximando os efeitos benéficos que essas atividades desprovidas de finalidades práticas apresentam para o desenvolvimento superior das sociedades em que são produzidas. Embora fosse possível problematizar a inconsistência entre a definição de literatura proposta aí (na linha de algo que aponta mais para um produto da *Civilisation*) e o fato de que seja entendida como manifestação autêntica no âmbito da *Cultur*, gostaria apenas de aproveitar para deixar indicado o despontar de algo que tem efeito até os dias de hoje: a associação entre literatura e cultura nacional.

Finalmente, há ainda a referência ao “orientalismo”. Constatada a superioridade radical da cultura dos gregos e romanos perante à de todos os demais povos da Antiguidade, Wolf postula que o material produzido por esses outros povos – em nada desvalorizados pelo que não passaria de mera divisão disciplinar (ou assim ele sugere) – deve ser tratado por um outro campo de estudos, encarregado de estudar egípcios, hebreus, persas e outros orientais, segundo as várias especialidades. Precisamos notar que essa divisão não se dá com base em critérios estritamente linguísticos (como aqueles proporcionados pela futura hipótese do indo-europeu, por exemplo), geográficos, históricos ou culturais. Afinal, o que uniria as línguas de gregos e romanos, por oposição às de todos os demais povos antigos?⁶ E que regiões geográficas seriam exclusivas de uns e outros, quando havia romanos na Síria, egípcios em Roma, gregos no Egito e hebreus na Grécia (para nem mencionar os esquecidos celtas)? Não se trata de uma divisão temporal, evidentemente: todos eram

⁶ Sobre o desenvolvimento do indo-europeísmo nesse contexto: Sandys (1908, p. 205-211); Wilamowitz-Moellendorff ([1921] 1998, p. 72); Righi ([1962] 1967, p. 199-200); Turner (2014, p. 127-134).

antigos e coexistiam numa mesma zona de convergência geográfica (em torno ao mar Mediterrâneo), estabelecendo diferentes formas de contato cultural. Quando menciona a helenização dos hebreus e a apropriação do legado greco-romano pelos árabes, Wolf aponta para esses contatos e deixa entrever que essa partilha disciplinar é bem menos simples do que sugere. Mas ele escamoteia essas tensões e procede a uma estranha essencialização dos povos antigos a partir de seus pretensos descendentes no mundo moderno: os europeus seriam cultivados em termos de literatura e teriam suas raízes na cultura espiritual dos gregos e romanos; os africanos e asiáticos não seriam dotados dessa cultura espiritual, mas derivariam das civilizações materiais de egípcios, persas, hebreus e outros. A divisão, portanto, é ideológica. Nas palavras inconfundivelmente violentas e arrogantes do estudioso: “só nos será permitido, no espírito dos antigos, que desprezavam orgulhosamente os *bárbaros* como espécies ignóbeis de seres humanos, aplicar o nome de *Antiguidade* em seu sentido excepcional para os dois povos refinados por sua cultura espiritual, erudição e arte” (Wolf, 1807, p. 19).⁷

O problema principal dessa partilha não é tanto o ideário etnocêntrico e o vocabulário imperialista empregados por Wolf para estabelecê-la, mas o fato de que ela continue produzindo efeitos abissais em termos disciplinares até os dias de hoje. Se houve esforços ao longo da história moderna dos Estudos Clássicos para denunciar as limitações dessa partilha, e tais esforços têm se mostrado de fato cada vez mais contundentes em seus posicionamentos críticos,⁸ a ideia de que o campo deva se dedicar prioritariamente ao estudo de gregos e romanos como ancestrais privilegiados da cultura ocidental se mantém e continua a formar novas gerações segundo esse modelo. Alguns

⁷ Trata-se da ideia de uma autoctonia da cultura europeia, como outro trecho da *Darstellung* deixa suficientemente claro: “Que diversidade de instituições políticas vemos aí [entre gregos e romanos antigos], desde que se reuniram as primeiras associações familiares em Estados mais ou menos republicanos e se estabeleceram todas as artes humanas em suas formas mais simples, dando-se a conhecer não sob uma organização arbitrária, mas a partir de um crescimento natural direto do próprio solo!” (Wolf, 1807, p. 123-124).

⁸ Alguns dos estudos pioneiros nesse sentido incluem: Walcot (1966); Nagy (1974); Burkert (1984); West (1997).

classicistas eventualmente reconhecem a artificialidade da partilha e iniciam por conta própria seus estudos de algumas das “outras” línguas e culturas, incluindo a árabe, hebraica, persa, egípcia e, atualmente, hitita, babilônica, assíria, acádia, suméria etc. Contudo, a área continua a operar com um recorte que pressupõe a primazia cultural de gregos e romanos, de modo que – numericamente falando – esses esforços se revelam muito limitados e não conseguem alcançar a maior parte dos classicistas, formados para não ter interesse em reconhecer os pontos cegos dos pressupostos sobre os quais assenta sua própria formação. E este é o problema real: sem uma mudança disciplinar e institucional, esses pressupostos são silenciosamente transmitidos e assimilados geração após geração, minando os esforços isolados de classicistas capazes de transitar entre as várias línguas e culturas da Antiguidade. Por mais contundentes que sejam suas demonstrações sobre o imbricamento oriental na malha dos poemas homéricos e hesiódicos, por exemplo, ou a presença de elementos judaico-cristãos no processo de transmissão de materiais dos períodos mais recuados, esses pontos aparecem sempre como uma espécie de complemento acessório; o que de fato importa não está neles, e apenas pesquisadores já entronizados podem se dedicar a esse tipo de investigação suplementar. A denúncia dessa consequência da partilha de Wolf já aparece nas seguintes palavras anotadas por Nietzsche: “Os egípcios são um povo *muito mais literário* do que os gregos. Nisso, estou contra Wolf” (Nietzsche, 5[66] = U II 8b. Primavera-Verão 1875).

Essa digressão oferece a oportunidade para que consideremos as consequências quase imediatas dessa partilha sobre estudiosos atuando sob o paradigma da *Alterthums-Wissenschaft* (a partir do início do século XIX). Durante muito tempo predominaram avaliações sobre os trabalhos de Wolf a partir exclusivamente de seus débitos e contribuições para os Estudos Clássicos (greco-romanos): admiradores e detratores elencavam mais ou menos as mesmas fontes de seus trabalhos e refletiam sobre as inovações (ou não) daquilo que Wolf defendia sobre Homero e a Antiguidade clássica. Desde os estudos de Anthony Grafton, na década de 1980, contudo, a relação dos *Prolegomena* com os trabalhos crítico-textuais de um teólogo contemporâneo seu têm sido cada vez mais exploradas. A bem da verdade, em alguns momentos de sua obra, o

próprio estudioso sugeriu que um paralelo importante para sua pesquisa sobre a história dos poemas homéricos era o trabalho sobre a história textual do *Antigo Testamento*, a partir da tradição massorética.⁹ Sua principal referência era Gottfried Eichhorn, teólogo formado – aliás, como Wolf – em Göttingen, sob a supervisão de Michaelis para questões teológicas, e Heyne, para as filológicas. O diálogo entre os *Prolegomena* e a crítica textual veterotestamentária não parece ter sido nada excepcional nesse contexto, uma vez que, no relatório de Heyne para a Sociedade de Ciências de Göttingen, isso era indicado sem qualquer alarde (Heyne, 1795, p. 2026). Até o final do século XVIII, esse tipo de diálogo parece ter sido muito mais comum do que se tornaria depois disso: o próprio Heyne desenvolveu parte de suas técnicas de crítica textual em diálogo com Michaelis, e as pesquisas sobre o texto bíblico de figuras como Richard Simon, Isaac La Peyrère e, antes deles, Erasmo e Valla, serviram de modelo para investigações filológicas de outros textos da Antiguidade. Isso ainda valeria até a época de Lachmann, por exemplo, e reapareceria mesmo nas trocas entre Usener, Wellhausen, Wilamowitz-Moellendorff e Schwartz.¹⁰ O que gostaria de apontar, contudo, é que esse tipo de diálogo se torna cada vez mais difícil desde que os praticantes da *Alterthums-Wissenschaft* assumem e incorporam a partilha proposta por Wolf, arruinando as bases necessárias para um tipo de compreensão integrada da Antiguidade.

Os estudiosos sugerem que as motivações por trás dessa partilha seriam o anticlericalismo de Wolf e o desejo de liberar definitivamente

⁹ O filólogo pronuncia isso desde sua resenha do trabalho de D’Ansse de Villosion (Wolf, 1791, col. 246), além de fazer sugestões nesse sentido nos próprios *Prolegomena* (Wolf, 1795, p. cl, clxvi, cclxi; [1795] 1985, p. 141, 152, 207). O esboço de Wolf para o segundo volume dos *Prolegomena* também conserva muitos paralelismos entre as duas tradições textuais (Grafton; Most; Zetzel, 1985, p. 220-226). Para mais reflexões sobre o tema: Grafton (1981a, p. 119-26; 1983, p. 178-179); Grafton, Most, Zetzel (1985, p. 18-26); Ferreri (2007, p. 291-296).

¹⁰ Sobre as relações entre estudos crítico-textuais da *Bíblia* e aqueles de outras obras da Antiguidade: Sandys (1908, p. 127-131); Pfeiffer (1976, p. 130); Momigliano (1985, p. 169-192); Grafton (1991, p. 204-213); Ferreri (2007, p. 102-112); Turner (2014, p. 58-64, 73-80, 112-117, 210-220, 357-380).

a Filologia de sua posição ancilar com relação à Teologia.¹¹ E isso está correto, embora não abarque a questão em toda a sua complexidade. Wolf estabelece uma nova disciplina para o estudo da Antiguidade, reivindicando sua centralidade para a formação de novas gerações no presente: com isso, usurpa o lugar da Teologia e faz da *Alterthums-Wissenschaft* uma espécie de religião moderna, mas, ao mesmo tempo, dá voz a um desejo conflituoso que assombra o seio da Modernidade e recalca um de seus elementos culturais formadores: a tradição judaica. Houve manifestações antijudaicas durante o período do Renascimento e da Reforma, para nem falar do Medievo. Essa resistência a aceitar o “corpo estranho” do Judaísmo não apenas no interior do Cristianismo, mas em seu momento fundador, é algo que assume formas violentas de negação e destruição, em variados níveis, durante toda a história da Cristandade. Trata-se da relação complicada com o Outro, evocando a lembrança constante de que sua origem não é sua. Nem seus textos. Nem sua língua. Daí o desejo de expurgar da própria cultura – com os meios que se mostrarem necessários – qualquer resquício desse “corpo estranho”.

Segundo a formulação supracitada de Wolf, “uma conformação mental” naturalmente incapaz de compor obras em prosa num estilo ao gosto europeu é o que aparece como a justificativa para a exclusão de “hebreus” (destacados em itálico pelo autor, aliás, como também os “africanos” e os “asiáticos”, classificados igualmente como “bárbaros”), realçando sua pretensa incompatibilidade com a Europa desejada pela *Alterthums-Wissenschaft*. A exclusão encontra sua razão de ser num elemento “quase estritamente natural” e corrobora a tentativa de se evitar o risco da heterogeneidade. Disciplinarmente. Expurgo e pureza.¹²

Como adiantei acima, as consequências dessa partilha aparecem quase imediatamente entre estudiosos atuando sob o novo paradigma. Nas décadas seguintes à publicação da *Darstellung*, consolida-se uma espécie de idealização segundo a qual Wolf teria sido o responsável

¹¹ Isso é sugerido por: Lanza (1981, p. 547); Grafton, Most, Zetzel (1985, p. 26); Leghissa (2007, p. 124-125).

¹² Sobre o etnocentrismo constitutivo da *Alterthums-Wissenschaft*: Lanza (1981, p. 547-548); Bernal (1987, p. 281-294); Porter (2000, p. 273-286); Leghissa, (2007, p. 79-82); Andurand (2013, p. 85-90).

por estabelecer um modelo de crítica textual tão inovador que, segundo as indicações bibliográficas de Grafton (1981a, p. 127-128): a obra de Wolf precisaria ser estudada com atenção praticamente exclusiva (para Bancroft, em publicação de 1818); só então teria sido aperfeiçoada a crítica superior (segundo Niebuhr, em texto de 1827); mesmo o campo dos estudos bíblicos teria sido transformado por ele (Varnhagen von Ense, em formulação de 1861). Na linha dessa gradual cristalização, a imagem de Wolf atinge uma dimensão tão elevada no imaginário filológico da época que mesmo especialistas chegam a confundir a cronologia mais simples dos fatos. Num discurso em homenagem a Eichhorn, em 1827, na Academia de Jena, um filólogo chega a propor a seguinte comparação:

Lembrai-vos ainda, ó ouvintes, de quantos e quão céleres progressos, assim que o temor da verdade foi removido, fizeram todas as formas daquela conjectura que os críticos chamam de superior, sob o incentivo e o resguardo das discussões de Eichhorn sobre o cânone do *Antigo Testamento* e os livros apócrifos, sobre a natureza do cânone entre os judeus egípcios e palestinos, assim como sobre a origem, composição e autoridade dos livros individuais contidos no cânone. Ele organizou essas discussões de tal forma que, o mesmo que Wolf providenciou no caso da “questão homérica”, também ele providenciou, de forma não diferente, no caso da *Bíblia* (Eichstädt, [1827] 1850, p. 607).

Testemunhamos aqui o momento histórico em que o prestígio tradicional da Teologia é definitivamente usurpado pela Filologia. Ou melhor, pela *Alterthums-Wissenschaft*. Pois trata-se também disso. Disputas por reconhecimento social e, portanto, direito a investimentos nas novas instituições de ensino que começam a ser fundadas. Tal como indicado por Grafton (1981a, p. 128-129), depois que os efeitos da prática da nova disciplina para o estudo da Antiguidade se fazem sentir, já não é mais possível dar continuidade a um programa comparatista como o que o próprio Wolf fizera a partir dos trabalhos de Eichhorn. Empregar material hebraico para refletir sobre a poesia homérica pareceria um oxímoro por volta de 1840, pois, nesse período, a usurpação do que restava do

prestígio tradicional dos hebreus na Europa já está consolidada. Ademais, com o progresso da pesquisa especializada, esse tipo de comparação intercultural começa a parecer cada vez mais uma prática amadora e pouco científica. Mas isso não implica numa condenação do tipo de trabalho escrito por Wolf. Muito antes pelo contrário, é justamente isso que condiciona seu tipo de recepção entre eruditos alemães e europeus durante todo o século XIX: afinal, esse aspecto de sua pesquisa parece simplesmente não ser notado, e gerações debruçam-se sobre seus escritos sem perceber seu diálogo com a tradição massorética e os estudos crítico-textuais do *Antigo Testamento*. Nesse sentido, Wolf apresenta-se como o último dos filólogos ainda nascido na República das Letras; o primeiro a inaugurar a construção da *Alterthums-Wissenschaft*.

Em certas passagens da *Darstellung*, o texto deixa-se levar por uma espécie de inspiração e ganha ares de Escritura, com devaneios oníricos e arrebatamentos agressivos, enquanto estabelece com rigor a ascese exigida de quem pretende se converter e praticar com ortodoxia a nova fé. Ao final da longa exposição sobre os vinte e quatro campos que o neófito precisa estudar para ser introduzido plenamente à *Alterthums-Wissenschaft* – sendo de se destacar que o último deles prenuncia o que depois se tornará a história dos Estudos Clássicos –, é em termos exaltados que o autor evoca

os fins últimos de todos os esforços – fins apenas aludidos anteriormente, ora reunidos numa unidade maior –, aquilo que os sacerdotes de Elêusis chamavam de epópsia [Epoptie] ou contemplação do que há de mais sagrado. As recompensas individuais, oferecidas por nós, têm relação apenas preparatória com o que há de se conquistar aqui e todas as perspectivas anteriores convergem juntas para o mais nobre dos objetivos, como para um ponto central. Esse objetivo não é outro senão o conhecimento da própria humanidade antiga, conhecimento que, partindo do estudo dos restos antigos, emerge da contemplação de uma formação nacional significativa e organicamente desenvolvida. Nenhum ponto de vista inferior a esse pode fundamentar as pesquisas gerais e científicas sobre a Antiguidade; e a ele estão parcialmente subordinados os

demais, assim como ao objetivo comum que se relaciona com o *conhecimento das obras belas e clássicas dos gêneros elaborados pelos antigos*, segundo o que se encontra na base dos chamados *Humaniora* (Wolf, 1807, p. 124-125).

Formação nacional (*National-Bildung*). Humanidade antiga (*alterthümlichen Menschheit*). Os fins e os meios. A contemplação do que há de mais sagrado para a *Alterthums-Wissenschaft* consiste na formação da juventude nacional a partir do estudo da Antiguidade. Esse estudo, segundo o arranjo disciplinar proposto por Wolf, converte-se numa espécie de religião estatal por meio da qual os povos germânicos poderão conquistar novamente a unidade daquilo que desde sempre já lhes falta. Institucionalmente. Retorno e identidade.¹³

O plano disciplinar de Wolf é publicado em Berlim, em 1807, na esteira da derrota prussiana para os exércitos de Napoleão na Batalha de Jena. Afastado de sua cátedra na Universidade de Halle, o estudioso resolve engajar-se na luta que interpela seus conterrâneos e – sintetizando suas ideias sobre o papel que os estudos da Antiguidade ainda poderiam desempenhar pela Prússia – escreve em poucas semanas sua *Darstellung*: a publicação não apenas sai em alemão, mas inclui um longo trecho onde o estudioso justifica a importância de se recorrer a uma língua vernácula para a disseminação da mensagem desses estudos para além dos círculos aristocráticos aos quais até então tinham ficado restritos (Wolf, 1807, p. 116-122). Ainda assim, Wolf está longe de assumir um posicionamento democrático no que diz respeito à disseminação desses estudos, afinal, como ele mesmo estabelecera pouco antes, a instrução intelectual não cabe à população responsável pela manutenção das condições materiais necessárias ao desenvolvimento da cultura espiritual de sua sociedade (Wolf, 1807, p. 111). Em sintonia com o próprio tempo, o que ele propõe ao assumir a língua alemã é romper com a prática tradicional de publicações eruditas em latim, de modo a se dirigir não tanto à audiência europeia da República das Letras, mas sim ao escol da sociedade de língua alemã. Certos trechos de sua argumentação em prol do emprego de uma língua vernácula

¹³ Sobre a dimensão religiosa da *Alterthums-Wissenschaft*: Hummel (2000, p. 134-138, 184-186); Andurand (2013, p. 124-127).

para trabalhos de erudição contradizem posicionamentos anteriores de Wolf, mas essas incoerências respondem aos acontecimentos extremos promovidos pela política externa agressiva da França sob Napoleão. Wolf não concebeu sua *Encyclopaedia philologica* na década de 1780 como uma disciplina que tivesse relações viscerais com a formação nacional, mas o contexto histórico do início do século XIX exige uma mudança brusca de atitude: assim precisa ser compreendida sua reivindicação de mobilizar a *Alterthums-Wissenschaft* junto à educação nacional, por meio da língua alemã. Seria possível citar aqui as passagens onde certa francofobia emerge de sua exposição, como quando faz uma alusão crítica à *Querelle des Anciens et des Modernes* (Wolf, 1807, p. 110) ou quando opõe nações modernas dotadas de *Cultur* àquelas que se contentam com os produtos materiais de sua própria *Civilisation* (Wolf, 1807, p. 131).

A própria dedicatória a Goethe, na abertura desse número inaugural da revista *Museum der Alterthums-Wissenschaft*, coloca a nova disciplina a serviço da futura educação nacional alemã, por meio do papel modelar que os antigos poderiam desempenhar para a parte mais distinta de sua juventude. Wolf tem consciência de que uma parte de seus posicionamentos é arriscada, uma vez que o apelo à língua vernácula e a sugestão da necessidade de se unificarem os povos de cultura germânica sob um Estado-Nação podem ser entendidos como perigosamente próximos de certos pontos do programa revolucionário francês. Contudo, ele faz todo o possível para evitar esse tipo de confusão, como quando afirma, em seu endereçamento a Goethe:

Possam vossa palavra e gesto – vós, o mais digno dentre nossos grandes – ajudar doravante que vigorosamente impeçamos que o paládio desses saberes seja arrancado da pátria por mãos profanas; como alimentamos a esperança legítima de preservar assim, pelas gerações por vir, uma herança imperecível. Onde quer que se encontre a razão para isso, seja na natureza de nossa língua, ou no parentesco de um de nossos clãs primordiais com os helênicos, ou em qualquer outro ponto, nós, alemães, mesmo após tantas deformações, somos os mais aptos dos modernos a nos harmonizar com os modos do canto e da declamação dos gregos [...]. A quem recebeu tanto do sopro divino, parecerá

ainda mais leve o pensamento grave de participar de todo o culto dos deuses inebriantes.

Não nos permitais, contudo, descurar a ponto de que, confundido, o povo se lance nessas orgias sem preparação e devoção, para se perder sob o domínio da embriaguez. Ofereçamos boas-vindas de bom grado a quem de nossos círculos busque o divertimento e o frescor após a seriedade das ciências mais duras ou a aridez daquelas simplesmente mais lucrativas; as boas-vindas também a quem se apresente como um amador zeloso de tudo o que é belo [...]. Possa o alemão assim se tornar, e permanecer – sem desprezar o zelo do simples colecionador erudito e sem espantar o simples amador de cultura geral – o mais profundo pesquisador e intérprete da grandeza e beleza que fluem da Antiguidade; e que ele utilize esses tesouros, nas mudanças que afetam os destinos comuns, para fecundar o espírito de sua nação, cujos melhores membros, graças ao estudo das obras de sua pátria, não são de forma alguma despreparados para receber essa consagração suprema. (Wolf, 1807, p. vi-viii).

O projeto esboçado aqui é o do renascimento do espírito germânico, após as humilhações impostas pelos exércitos napoleônicos à Prússia, a partir de uma renovação das forças originárias de sua cultura nacional. Para isso, Wolf propõe um trabalho privilegiado com a Antiguidade, especialmente com os gregos – que constituem, para muito além dos romanos, “a mais importante e sagrada nação para o pesquisador da história da humanidade” (Wolf, 1807, p. 133-135)¹⁴ –, objetivando colocar pesquisas históricas rigorosas a serviço do estabelecimento dos melhores modelos de educação já concebidos. A *Wissenschaft* (‘ciência’) aliada à *Bildung* (‘formação’), ou melhor, uma *National-Wissenschaft* trabalhando por uma *National-Bildung*.

A proposta de Wolf encontra eco no plano educacional delineado e estabelecido por Wilhelm von Humboldt nos anos seguintes (1809-10):

¹⁴ No arranjo disciplinar idealizado pela *Darstellung* para a Antiguidade clássica, a posição dos próprios romanos só desfruta de alguma relevância porque são transmissores da cultura espiritual dos gregos antigos.

partindo de uma comissão do governo prussiano, desejoso de se atualizar em termos tecnológicos e científicos para fazer frente às demais potências europeias, Humboldt retoma uma ampla discussão sobre o modelo ideal a ser adotado numa universidade moderna; com contribuições de figuras tão ilustres quanto Kant, Fichte e Schelling, esse debate culmina na fundação da Universidade de Berlim, em 1810, segundo um modelo de produção do conhecimento capaz de aliar *Wissenschaft* e *Bildung* em prol da futura nação alemã, precisamente na linha do que Wolf reivindica em seu programa de 1807. Sintetizando um debate complexo dos últimos anos, Humboldt implementa uma reorganização da educação prussiana e incorpora princípios neo-humanistas no programa destinado a educar a juventude de língua alemã pelas próximas décadas no amor e na admiração pela Antiguidade clássica, principalmente pela Grécia. O mito da origem grega antiga da Alemanha moderna ganha corpo e começa a gerar seus primeiros frutos. Décadas mais tarde, caberia a Nietzsche refletir criticamente sobre a melhor maneira de dar continuidade a essa obra nas novas circunstâncias de então, em pleno *fin-de-siècle* europeu.¹⁵

Referências

ANDURAND, A. *Le Mythe grec allemand: Histoire d'une affinité élective*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.

BERNAL, M. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. v. 1: The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985. New Brunswick, NJ: Rutgers Univ. Press, 1987.

BOECKH, A. *Encyklopädie und Methodologie der philologischen Wissenschaften*. Hrsg. von E. Bratuscheck. Leipzig: B. G. Teubner, 1877.

BURKERT, W. *Die orientalisierende Epoche in der griechischen Religion und Literatur*. Heidelberg: Carl Winter, 1984.

EICHSTÄDT, H. Oratio de Io. Godofredo Eichhornio. In: *Opuscula oratoria*. 2. ed. Jena: Libraria Maukiana, 1850 (orig. 1827). p. 595-629.

¹⁵ Uma tradução para o português da *Darstellung der Alterthums-Wissenschaft*, de Wolf (1807), está disponibilizada no apêndice de minha tese de doutorado (Silva, 2022, p. 773-831).

ELIAS, N. *O Processo civilizador*. v. I: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 (orig. 1939).

FERRERI, L. *La questione omerica dal Cinquecento al Settecento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2007.

GRAFTON, A. *Defenders of the Text: The Traditions of Scholarship in an Age of Science, 1450-1800*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

GRAFTON, A. Polyhistor into Philolog: Notes on the transformation of German classical scholarship, 1780-1850. *History of Universities*, v. III, p. 159-192, 1983.

GRAFTON, A. *Prolegomena to Friedrich August Wolf*. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 44, p. 101-129, 1981a.

GRAFTON, A. Wilhelm von Humboldt. *The American Scholar*, v. 50, n. 3, p. 371-81, 1981b.

GRAFTON, A.; MOST, G. M.; ZETZEL, J. E. G. Introduction. In: WOLF, F. A. *Prolegomena to Homer*. Princeton: Princeton University Press, 1985. p. 3-35.

HEYNE, C. G. 203. Stück. *De antiqua Homeri lectione indaganda, dijudicanda ac restituenda*. Göttingischen Anzeigen von gelehrten Sachen, 19 Dec. 1795. p. 2025-36.

HUMMEL, P. *Histoire de l'histoire de la philologie: Étude d'un genre épistémologique et bibliographique*. Genève: Librairie Droz, 2000.

KÖRTE, W. *Leben und Studien Friedri. Aug. Wolf's, des Philologen*. Essen: G. D. Bädeker, 1833. 2 v.

KOCH, E. J. *Encyklopädie aller philologischen Wissenschaften für Schulen und Selbst-Unterricht*. Berlin: G. C. Nauck, 1793.

LANZA, D. Friedrich August Wolf: L'antico e il classico. *Belfagor*, v. 35, n. 5, p. 529-553, 1981.

LEGHISSA, G. *Incorporare l'antico: Filologia classica e invenzione della modernità*. Udine: Mimesis Edizioni, 2007.

MOMIGLIANO, A. *Tra storia e storicismo*. Pisa: Nistri-Lischi Editori, 1985.

NAGY, G. *Comparative Studies in Greek and Indic Meter*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

NIETZSCHE, F. *Introduction aux Études de Philologie Classique*. Tradução de Françoise Dastur et Michel Haar. Paris: Encre Marine, 1994 (orig. 1871).

NIETZSCHE, F. *Nachgelassene Fragmente (1875)*. *Digitale Kritische Gesamtausgabe Werke und Briefe*. 1875. Disponível em: <<http://www.nietzschesource.org/#eKGWB/NF-1875,2>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

PFEIFFER, R. *History of Classical Scholarship: From 1300 to 1850*. Oxford: Clarendon Press, 1976.

PORTER, J. I. *Nietzsche and the Philology of the Future*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

RIGHI, G. *Historia de la filología clásica*. Tradução de J. M. García de la Mora. Barcelona: Editorial Labor, 1967 (orig. 1962).

SANDYS, J. E. *A History of Classical Scholarship*. v. 3: The Eighteenth Century in Germany and the Nineteenth Century in Europe and the United States of America. Cambridge: University Press, 1908.

SCHRÖDER, E. *Philologiae studiosus*. *Neue Jahrbücher für das klassische Altertum*, 32, p. 168-70, 1913.

SILVA, R. G. T. *O Evangelho de Homero: por uma outra história dos Estudos Clássicos*. 2022. 888f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SILVA, R. G. T.; ASSUNÇÃO, T. R. Por uma filologia do futuro: o que resta da polêmica entre Wilamowitz e o círculo de Nietzsche para os Estudos Clássicos hoje? *Aletria*, v. 32, n. 3, p. 36-57, 2022.

STAËL, M. *De la littérature: considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*. Paris: L'Imprimerie de Crapelet, 1800. 2 t.

TRABANT, J. Du grec aux langues du monde: *Über das Studium des Alterthums* comme base du projet anthropologique et linguistique de Humboldt. In: ESPAGNE, M.; MAUFROY, S. (Dir.). *L'hellénisme de Wilhelm von Humboldt et ses prolongements européens*. Paris: Éditions Demopolis, 2016. p. 31-46.

TURNER, J. *Philology: The Forgotten Origins of the Modern Humanities*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

WALCOT, P. *Hesiod and the Near East*. Cardiff: University of Wales Press, 1966.

WEST, M. L. *The East Face of Helicon: West Asiatic Elements in Greek Poetry and Myth*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, U. von. *Geschichte der Philologie*. Mit einem Nachwort und Register von Albert-Henrichs. 3. Auflage. Stuttgart: Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, 1998 (orig. 1921).

WOLF, F. A. Darstellung der Alterthums-Wissenschaft. In: WOLF, F. A.; BUTTMANN, P. (Eds.). *Museum der Alterthums-Wissenschaft*. 1. ed. Berlin: Realschulbuchhandlung, 1807. p. 1-145. Disponível em: <<https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/museum-alterthumswissenschaft>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

WOLF, F. A. *Prolegomena ad Homerum*. Halle, 1795.

WOLF, F. A. *Prolegomena to Homer*. Tradução de Anthony Grafton, Glenn W. Most, James E. G. Zetzel. Princeton: Princeton University Press, 1985 (orig. 1795).